

O DEBATE ENTRE FREGE E RUSSELL E A QUESTÃO DA VERDADE NAS SENTENÇAS DA LITERATURA*

Paulo Andrade Vitória**

RESUMO

Nesta comunicação abordo o debate entre Frege e Russell, em filosofia da linguagem, a fim de refletir sobre a questão da verdade de sentenças que não possuem referência. Essa reflexão é importante porque nos permite pensar também sobre sentenças da literatura ficcional. Para a exposição da minha comunicação, percorro o seguinte caminho: apresento a distinção fregeana entre o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*). Indico como Frege usa essa distinção para tratar dos casos de nomes que não possuem referência, bem como de sentenças que contêm esses tipos de nomes; depois disso, exponho a teoria das descrições de Russell; aponto como ele usa essa teoria para demonstrar que sentenças que possuem nomes sem referência podem ser declaradas falsas; por último, indico que a posição de Frege é mais adequada em filosofia da linguagem para dar conta de sentenças da literatura ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: Frege; Russell; sentido; referência; verdade; literatura.

ABSTRACT

In this communication I address the debate between Frege and Russell, in philosophy of language, in order to reflect about the question of the truth of sentences that have no reference. This reflection is important because it allows us to also think about sentences from fictional literature. For the exposition of my communication, I take the following steps: I expose Frege's distinction between meaning (*Sinn*) and reference (*Bedeutung*). I indicate how Frege uses this distinction to deal with the cases of nouns that have no reference, as well as sentences containing these kinds of nouns; after that I explain Russell's theory of descriptions; I point out how he uses this theory to demonstrate that sentences that have names without reference can be declared false; finally, I show that Frege's position is more adequate in philosophy of language to account for sentences in fictional literature.

KEYWORDS: Frege; Russell; sense; reference; true; literature.

1 A DISTINÇÃO ENTRE O SENTIDO E A REFERÊNCIA E A QUESTÃO DAS SENTENÇAS DA LITERATURA

Frege inicia seu texto *Sobre o sentido e a referência*, de 1892, refletindo sobre a questão da “igualdade”¹. Seria a igualdade uma relação? Uma relação entre objetos? Uma relação entre nomes ou sinais de objetos? Em seu livro *Conceitografia*, de 1879, Frege defendeu a última

* Texto recebido em 30/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Doutor e mestre em filosofia pela UFMG. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela FAJE. Professor de Filosofia na PUC Minas e no ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino). E-mail: pauloandradebh@gmail.com.

¹ Embora Frege não tenha feito nenhuma distinção mais fina no termo “igualdade”, podemos tomá-lo no mesmo sentido de “identidade”.

opção: a “igualdade” expressaria uma relação entre “nomes” ou “sinais de objetos”². Nesse sentido, o sinal A seria igual ao sinal B, se eles possuísem o mesmo conteúdo conceitual (FREGE, 2019, p. 53). Por “conteúdo conceitual”, Frege entende qualquer conteúdo possuído por expressões A e B em que seria possível substituir A por B e B por A de modo recíproco sem alterar o valor verdade da expressão em que aparecem. Por exemplo: “O imperador Francês derrotado na batalha de Waterloo pelas forças britânicas e prussianas” possui o mesmo conteúdo conceitual de “Napoleão Bonaparte foi derrotado na batalha de Waterloo pelas forças britânicas e prussianas”. Do mesmo modo, “Fernando Pessoa é um poeta português” e “Ricardo Reis é um poeta português” possuem o mesmo conteúdo conceitual. Se substituirmos o nome “Ricardo Reis” pelo nome “Fernando Pessoa”, na expressão “Ricardo Reis é um poeta português”, não teremos alteração do seu valor verdade, já que os “nomes” capturam o mesmo indivíduo.

Como podemos observar, a ideia de Frege na *Conceitografia* é de que um sinal A é idêntico a um sinal B, se, e somente se, for possível substituirmos A por B e B por A sem alterar o valor verdade das expressões em que A e B aparecem. Vamos chamar essa ideia de *princípio de substituição*. Por exemplo, na expressão “Ricardo Reis é um poeta português”, o nome “Ricardo Reis” pode ser substituído pelo nome “Fernando Pessoa” sem que alteremos o valor verdade dessa expressão, já que os dois nomes capturam o mesmo indivíduo. Como podemos observar, se dois nomes, por exemplo A e B, designam a mesma coisa, então pressupomos uma relação entre eles. A relação entre esses dois nomes é pressuposta porque nomeiam a mesma coisa. Frege (2009, p. 130) diz: “a relação surge da conexão de cada um dos dois sinais com a mesma coisa designada”. Contudo, a relação do sinal com o objeto é arbitrária, já que os indivíduos podem empregar qualquer nome ou sinal para um objeto ou evento recém-produzido. Suponhamos, por exemplo, que um mesmo determinado elemento químico foi descoberto em dois países que não trocam informações sobre seus achados científicos. No Brasil esse elemento pode ser nomeado X e na Rússia pode ser nomeado Y. Nesse caso, temos dois nomes para o mesmo elemento químico. A questão é que a nomeação desse elemento químico como X e Y foi arbitrária, ou seja, não existe qualquer conexão especial entre os nomes X e Y, para além do fato de nomearem o mesmo objeto químico de modo acidental.

²Vou usar a versão da *Conceitografia* traduzida em 2019 pela editora NAU.

Por isso Frege altera sua compreensão de “igualdade/identidade” no texto *Sobre o sentido e a referência*. Ele percebeu que o *princípio de substituição* não podia ser o critério para a estipulação de significado de nomes ou sinais envolvidos em relações de identidade (FREGE, 2009, p. 130). Isso porque, embora os nomes ou sinais A e B, que aparecem nas expressões “A é igual a A” e “A é igual a B”, tratem do mesmo objeto, A e B possuem valores cognitivos diferentes. A expressão “A é igual a A” é *a priori*, desse modo, analítica. Podemos apreender a sua verdade apenas analisando os termos que aí aparecem, por introspecção. Já a expressão “A é igual a B” é *a posteriori*, desse modo, sintética. Para descobrir o seu valor verdade precisamos olhar para o mundo. Assim, a expressão “Fernando Pessoa é Fernando Pessoa” é analítica, enquanto a expressão “Fernando Pessoa é Ricardo Reis” é sintética, já que, para determinar a sua verdade, temos de examinar o mundo para ver se os nomes designam os mesmos indivíduos.

Diante disso, Frege (2009, p. 130) considera a descoberta astronômica de que Vênus é a “estrela da manhã” e de que Vênus é a “estrela da tarde” fundamental. Ele diz que é uma das descobertas mais ricas em consequências. Uma consequência que podemos observar é a seguinte: um usuário da linguagem que seja competente será capaz de compreender tanto o significado da expressão “a estrela da manhã é a estrela da manhã”, como o significado da expressão “a estrela da manhã é a estrela da tarde”, mesmo que não tenha conhecimento de que os dois nomes “estrela da manhã” e “estrela da tarde” designem o mesmo objeto, neste caso, o planeta Vênus. O indivíduo não precisa ter conhecimento do valor verdade da expressão, que é dada pelo objeto, para compreender o seu significado. Por isso, a identidade não pode ser considerada como uma relação entre objetos. Se for considerada como uma relação entre objetos aos quais os nomes “estrela da manhã” e “estrela da tarde” se referem, teríamos de considerar que a expressão “a estrela da manhã é estrela da manhã” é idêntica à expressão “a estrela da manhã é estrela da tarde”. Porém, os dois nomes possuem valores cognitivos diferentes. O indivíduo pode ser informado que “a estrela da manhã é Vênus”, mas não ser informado que “a estrela da tarde é Vênus”. Ele pode tomar uma expressão como verdadeira e outra como falsa. Assim, Frege pensa que, ao tratar do significado, devemos disponibilizar uma propriedade semântica que permita entender esses casos em que compreendemos o significado de uma expressão, mesmo que o indivíduo não tenha conhecimento do seu valor verdade.

A sugestão de Frege é que devemos estabelecer uma distinção entre o *sentido* e a *referência* de uma expressão:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (FREGE, 2009, p. 131).

Vemos que por “sinal” Frege entende “nome”, “combinação de palavras” ou “letras”. O “nome” ou “sinal”, para ele, pode ser definido em termos de nomes próprios que têm como função denominar um determinado objeto específico. Ele concebe como ocorrências de nomes próprios os seguintes casos: “Aristóteles”, Ulisses, “2”, “este”, “Vênus” e descrições definidas, tais como “o mestre de Platão que morreu bebendo cicuta”. Além de apontar para objetos específicos, os “nomes” ou “sinais” possuem também sentido, que é o modo de apresentação da referência. Para Frege, o sentido de um nome próprio pode ser capturado por todos os indivíduos familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence. Mas, para a um conhecimento total da referência teríamos de ser capazes de enunciar imediatamente para cada sentido dado essa ou aquela referência. Para Frege (2009, p. 132), nunca seremos capazes de fazer isso.

Toda expressão bem construída do ponto de vista gramatical, e que exerça o papel de nome próprio, possui sentido. Contudo, não segue que tenhamos uma referência para cada nome ou sinal usado na linguagem. Frege usa como exemplo expressões como: “o corpo celeste mais distante da terra” e “a série que converge menos rapidamente”. Vemos claramente que essas expressões possuem sentido, já que podem ser compreendidas por indivíduos familiarizados com a linguagem em que elas ocorrem. Porém, não é possível indicar a referência de tais expressões. Segue-se que o indivíduo pode compreender o sentido de uma determinada expressão, mesmo que não tenha conhecimento de sua referência. A conclusão de Frege (2009, p. 132) é que a apreensão do sentido não garante a existência da referência. Apreender o sentido envolve apenas familiaridade com os nomes ou sinais que usamos na linguagem corrente.

No que tange a sentenças completas, Frege começa investigando qual seria o sentido e a referência delas. Por sentenças completas podemos pensar em casos como: “A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” e o “Brasil foi um país escravista”. Para Frege, sentenças completas expressam pensamento. A questão é: o pensamento deve ser considerado

o sentido ou a referência das sentenças? Se assumirmos que a sentença possui uma referência, então a substituição de uma palavra da sentença por outra palavra que possui a mesma referência, mas sentido diferente, não alteraria a referência da sentença. Dizemos apenas que as duas sentenças possuem pensamentos diferentes. Por exemplo, o pensamento da sentença “Alberto Caeiro é poeta” é diferente do pensamento “Fernando Pessoa é poeta”. Alguém que não conheça os diferentes heterônimos do poeta Fernando Pessoa pode sustentar um pensamento como verdadeiro e outro como falso. Assim, para Frege (2009, p. 137), o pensamento não pode ser a referência de uma sentença, mas somente o seu sentido.

Vamos pensar nos casos em que partes da sentença possuem sentido, contudo carecem de referência. O exemplo sugerido por Frege é: “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”. Essa sentença possui sentido, mas não tem referência. Isso segue do fato de que o nome “Ulisses” designa um personagem ficcional. Se o nome “Ulisses” não possui referência, é possível dizer que a sentença como um todo não possui uma referência. Se desejamos avaliar essa sentença como verdadeira ou falsa, então estamos procurando não somente um sentido, mas uma referência para o nome “Ulisses”. Isso porque é da referência que predicamos algo de negativo ou de afirmativo. Não obstante, se o nome não possui uma referência, não podemos predicar nada de negativo ou afirmativo, isto é, não temos como avaliar o valor de verdade de tal sentença. Frege acredita que a reflexão sobre a referência do nome “Ulisses” na sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” é supérflua, isso porque sentenças usadas na literatura ficcional operam primeiramente na dimensão do pensamento ou do sentido. Nesse caso, podemos ficar satisfeitos somente com o sentido do que é expresso. Sobre isso, afirma Frege (2009, p. 138): “o pensamento permanece o mesmo se o nome “Ulisses” tem referência ou não”.

Mas, por que nos interessamos pela referência?

Mas por que queremos que cada nome próprio tenha não apenas um sentido, mas também uma referência? Por que o pensamento não nos é suficiente? Porque estamos preocupados com seu valor de verdade. O que nem sempre é o caso. Ao ouvir um poema épico, além da eufonia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas imagens e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Daí decorre ser totalmente irrelevante para nós se o nome “Ulisses”, digamos, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte. E, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência. (FREGE, 2009, p. 138).

Como podemos observar, Frege acredita que no caso da literatura ficcional estamos apenas interessados no sentido das sentenças, nas imagens e sentimentos provocados pelo sentido que compreendemos, por exemplo, de um poema épico. A preocupação com a questão do valor de verdade das sentenças retiraria dos indivíduos o senso estético. Seríamos lançados em uma postura de investigação científica, o que mataria completamente o envolvimento estético dos indivíduos com as obras de ficção literária de toda natureza. Segundo ele, a verdade deve ser objeto de interesse quando desejamos seguir do sentido para a referência.

Desse modo, a preocupação no que diz respeito às sentenças da literatura deve ser com o sentido, pois a leitura de uma obra literária deve despertar o senso estético. Isso implica produzir certas imagens e ser atingidos por sentimentos que a leitura de uma história proporciona ao indivíduo.

2 A CRÍTICA DE RUSSELL À IDEIA DE SENTIDO DE FREGE

Russell não concorda com a ideia de Frege de que existam nomes ou sentenças que possuam sentido mas que não possuam referência. Para Frege, o valor semântico de um nome é dado pelo objeto que ele nomeia, enquanto o valor semântico de um predicado é dado por uma função. Desse modo, o valor semântico do predicado “é humano” é dado pela função “x é humano”, na qual a variável “x” pode ser substituída por qualquer “nome” que torne a função verdadeira. Podemos substituir a variável pelo nome “Sócrates”. Assim obteremos a expressão “Sócrates é humano”, que, neste caso, é uma função sentencial verdadeira. Já a sentença “O atual rei do Brasil é careca” possui sentido, mas não possui referência. Assim, não pode ser considerada nem como verdadeira nem como falsa. Ela expressa um pensamento que pode ser compreendido por aqueles familiarizados com a linguagem.

Russell, no texto *On denoting*, de 1905³, quer evitar o resultado desagradável gerado pela teoria de Frege. A consequência da teoria de Frege, ao conceber a existência de sentenças que não podem ser declaradas nem verdadeiras nem falsas, é ferir o princípio lógico do *terceiro excluído*. Para evitar esse problema, Russell (1974, p. 13) defende que não devemos conceber descrições definidas como nomes próprios. Se postularmos que descrições definidas não são nomes próprios, não precisaremos de objetos para determinar o seu valor semântico. Por descrições definidas, Russell (1974, p. 9) pensa em expressões do tipo: “um homem”,

³ Vou usar a tradução do texto *On denoting*, de Russell da coleção Os pensadores de 1974.

“algum homem”, “qualquer homem”, “cada homem”, “todos os homens”, “o atual rei da Inglaterra”, “o atual rei da França”, “o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX”, “a revolução da Terra ao redor do Sol” e “a revolução do Sol ao redor da Terra”.

Para Russell, quando refletimos sobre descrições definidas, nos deparamos com três casos: (i) uma expressão pode ser denotativa e, todavia, não denotar nada; por exemplo, “o atual rei da França”; (ii) uma expressão pode denotar um objeto definido, por exemplo, “o atual rei da Inglaterra”, que aponta para um certo homem e (iii) uma expressão pode denotar de maneira ambígua, por exemplo, em “um homem” não falamos de muitos homens, mas de um homem ambíguo (RUSSELL, 1974, p. 9). Ele considera a investigação filosófica dessas expressões uma questão delicada. O conselho de Russell é que não devemos tomar a forma gramatical da sentença como modelo para a sua forma lógica. A forma lógica é bem diferente da forma gramatical (RUSSELL, 1974, p. 18). Se considerarmos as sentenças em sua forma gramatical, então sentenças como “Ulisses desembarcou adormecido em Ítaca” e “o atual rei do Brasil é careca” possuem sujeitos. Gramaticalmente o sujeito da primeira sentença é “Ulisses” e o da segunda, “o atual rei do Brasil”. Por isso, quando dizemos que é falso que “o atual Rei do Brasil é careca”, estamos negando que o predicado “careca” se aplique ao sujeito “o rei do Brasil”. Nesse caso, alguém desavisado pode pensar que “o atual rei do Brasil possui cabelo”.

A ideia de Russell para fugir desse resultado contraintuitivo é a de que devemos fazer uma análise lógica das descrições definidas. Desse modo, descobriríamos a forma lógica oculta na forma gramatical aparente. Vejamos como analisar logicamente uma sentença contendo descrição definida, tal como “o atual rei do Brasil é careca”. O primeiro passo, de acordo com Russell, é decompor a descrição em diferentes partes: (i) existe pelo menos um rei do Brasil; (ii) existe no máximo um rei do Brasil e (iii) qualquer coisa que seja rei do Brasil é também careca. Se fizermos uma conexão entre (i), (ii) e (iii) usando o conectivo lógico da conjunção obteremos a sentença “o atual rei do Brasil é careca”. Vamos usar o simbolismo lógico para representar a sentença. No caso da conjunção, usaremos o símbolo “ $\wedge$ ”, que significa “e”, para indicar a expressão “existe pelo menos um”, usaremos o quantificador existencial “ $\exists$ ”. Usaremos “R” para indicar o predicado “rei do Brasil” e “C” para indicar “é careca”. Vamos usar “x” e “y” como variáveis. Usaremos também o símbolo do quantificador universal “ $\forall$ ”, que lemos “para todo” e o conectivo lógico condicional “ $\rightarrow$ ”,

que lemos “se...então”. Assim, para a análise da sentença “o atual rei do Brasil é careca” temos:

$$(\exists x) ((Rx \wedge Cx) \wedge (\forall y) (Ry \rightarrow x = y))$$

Podemos ler essa fórmula da seguinte maneira: existe pelo menos um x , tal que x é rei do Brasil e x é careca, e para todo y , se y é rei do Brasil, então x é igual a y . Esta última parte da análise, $(\forall y) (Ry \rightarrow x = y)$, indica o princípio de unicidade. Quando analisamos logicamente essa expressão, identificamos que “o rei do Brasil” não é um nome próprio. Na verdade, Russell mostra com sua análise que descrições definidas possuem como valores semânticos apenas funções. Isso é interessante porque resolve também o problema das descrições definidas sem referência. Isso porque as descrições definidas têm como valor semântico expressões funcionais que não possuem nenhum objeto como seu valor semântico. Qual seria o valor verdade da sentença analisada? Pela análise realizada, podemos ver que ela é falsa, já que $(\exists x) Rx$ é falsa, pois não existe rei do Brasil que possa ocupar o lugar da variável “ x ”. Dizemos que “o rei do Brasil” denota o conjunto vazio.

Vejamos a análise realizada pelo próprio Russell, no texto *Da denotação* (1974), da descrição definida “o pai de Carlos II foi executado”. O uso do “o” deve ser entendido como envolvendo unicidade. Isto porque, quando afirmamos que “ x era o pai de Carlos II”, de acordo com Russell, não somente afirmamos que x tinha uma relação com Carlos II, mas que nada mais possuía essa relação. Se concebermos essa relação sem a unicidade e sem o uso da expressão denotativa, temos “ x gerou Carlos II”. Se quisermos adquirir algo próximo de “ x era pai de Carlos II”, devemos acrescentar “se y é diferente de x , então y não gerou Carlos II”, ou se quisermos, podemos propor também “se y gerou Carlos II, y é idêntico a x ”. Assim, obtemos para “ x é o pai de Carlos II” a seguinte expressão “ x gerou Carlos II; e ‘se y gerou Carlos II, y é idêntico a x ’ é sempre verdadeiro para y ”. Vamos considerar G “gerou Carlos II” e F “foi executado”. Desse modo, podemos analisar a expressão “o pai de Carlos II foi executado” do seguinte modo:

$$(\exists x) ((Gx \wedge Fx) \wedge (\forall y) (Gy \rightarrow x = y))$$

Isso nos diz que existe pelos menos um x , tal que x gerou Carlos II e x foi executado, e para todo y , se y gerou Carlos II, então x é igual a y .

Russell aplica a teoria das descrições até mesmo em nomes comuns, como “Ulisses”, para evitar o problema dos nomes sem referência. Ele acredita que nomes são descrições definidas disfarçadas. Analisemos a sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”. Se o nome “Ulisses” é uma descrição definida disfarçada, então podemos pensar que esse nome pode ser traduzido pela seguinte descrição definida: “o herói de Homero na Odisseia”. Assim, obtemos como sentença: “o herói de Homero na Odisseia foi desembarcado em Ítaca enquanto estava profundamente adormecido”. Vamos considerar “H” como “o herói de Homero na Odisseia” e “D” para desembarcado em Ítaca. Assim, temos:

$$(\exists x) ((Hx \wedge Dx) \wedge (\forall y) (Hy \rightarrow x = y))$$

Podemos observar pela análise que o nome “Ulisses” não é um nome próprio tal como pensado por Frege. O valor semântico do nome “Ulisses” é uma função sentencial. É possível dizer que essa sentença é falsa, já que não existe nenhum “Ulisses” que possa satisfazer o valor de “ x ” na função $(\exists x) Hx$. O problema dos nomes sem portadores desaparece. Se nomes e descrições definidas não podem ser considerados nomes próprios, o que pode? De acordo com Russell, nomes próprios no sentido lógico do termo são somente os demonstrativos “isto” e “este”. Diz ele: “a palavra ‘este’ é sempre um nome próprio, no sentido de que se aplica diretamente a um único objeto, e não descreve de modo algum o objeto ao qual se aplica. Mas em ocasiões diferentes aplica-se a objetos diferentes” (RUSSELL, 1974, p. 53).

3 FREGE E A QUESTÃO DA ABERTURA LITERÁRIA

Gostaria de concluir minha comunicação defendendo a posição de Frege no que diz respeito a sentenças que não possuem referência. Entendo que esse é o melhor modo para tratar também dos casos de sentenças envolvidas em obras de literatura ficcional. Vale indicar que a análise de Russell é fundamental quando se trata de afirmações empíricas ou fatuais, mas Frege parece ter capturado de modo adequado a questão da experiência estética gerada pela literatura ficcional.

Como vimos, para Frege, uma sentença pode ter sentido mesmo não possuindo referência. A referência seria exigida somente no caso de estarmos interessados no valor verdade das sentenças. Diz ele: “é, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência” (FREGE, 2009, p. 138). No caso das sentenças da literatura ficcional, o interesse dos indivíduos não é pela verdade. Portanto, não é a referência que deve ser objeto de relevância. O interesse no tocante à literatura ficcional deve ser pelo pensamento, pois este é capaz de gerar uma experiência estética. As sentenças que não possuem referência expressam pensamentos. O pensamento expresso pela sentença pode ser compreendido por todo aquele familiarizado com a linguagem. Assim, sentenças da literatura, embora não tenham referência, são passíveis de serem compreendidas pelos indivíduos. Nesse sentido, não interessa ao indivíduo saber se as sentenças da literatura são verdadeiras ou falsas; o interesse primário é pelo prazer estético. Estamos interessados nas imagens e sentimentos que o pensamento literário pode gerar. A busca pela questão da verdade, por meio de análise lógica, como sugere Russell, nos faria abandonar o encanto estético que é gerado pelas sentenças da literatura ficcional. Vamos pensar na sentença “No meio do caminho tinha uma pedra”, de Carlos Drummond de Andrade. Todos os indivíduos familiarizados com a linguagem são capazes de entender tal sentença, porém, podemos ter diversos pensamentos sugeridos por ela. Isso porque as sentenças da literatura são abertas a diversos pensamentos e interpretações.

Podemos pensar na sentença “Bentinho foi apaixonado por Capitu”, que se encontra no livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Nesse romance, Bentinho relata sua história de amor com Capitu. A questão é que no relacionamento de Bentinho com Capitu as coisas não são claras. A história fica aberta a diversas interpretações. O livro deixa margem para a possibilidade de traição por parte de Capitu, sugerindo que seu filho, Ezequiel, possa ser fruto de um caso com o melhor amigo de Bentinho, Escobar. Vale notar que os sujeitos Bentinho, Capitu, Ezequiel e Escobar são todos personagens ficcionais, isto é, são nomes que possuem sentido, mas não possuem referência. Mesmo assim, a história suscita diversos pensamentos, promovendo uma experiência estética aos indivíduos.

Nesse caso, podemos perceber que as sentenças da literatura ficcional têm como principal objetivo promover a experiência de deleite estético, sem a necessidade de assumir qualquer tipo de compromisso com a verdade. Na literatura podemos relatar coisas e sugerir reflexões concretas por meio de histórias ficcionais.

REFERÊNCIAS

FREGE, Gottlob. **Conceitografia**. Uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da aritmética. Tradução e notas de Paulo Alcoforado; Alessandro Duarte, Guilherme Wyllie. Rio de Janeiro: Nau, Edur, 2019.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. *In*: FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Organização e tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, EDUSP, 2009. p. 129-169.

RUSSELL, Bertrand. **Da denotação**. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1974. p. 9-20. (Coleção Os Pensadores).